

Guia do Cuidado Farmacêutico para a Comunidade LGBTI+

Primeiros passos para um
atendimento humanizado
e criação de ambientes
mais inclusivos



2ª edição

ELABORAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÕES

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DA BAHIA (CRF-BA)

Rua Dom Basílio Mendes Ribeiro, nº 127, Ondina. CEP: 40170-120 – Salvador-BA.
Tel.: (71) 3368-8800. Site:<http://www.crf-ba.org.br> E-mail: cim@crf-ba.org.br

Presidente:

Dr. Mário Martinelli Júnior

Vice-Presidente:

Dra. Ângela Maria de Carvalho Pontes

Secretário-Geral:

Dr. Francisco José Pacheco dos Santos

Tesoureiro:

Dr. Alan Oliveira de Brito

Conselheiros:

Dra. Alessandra da Silva Guedes
Dra. Ana Patrícia Nogueira Dantas
Dr. Bruno Andrade Amaral
Dr. Cleuber Franco Fontes
Dra. Cristina Maria Ravazzano Fontes
Dra. Eliana Cristina de Santana Fiais
Dr. Lindemberg Assunção Costa

Dra. Luciane Aparecida Gonçalves Manganelli
Suplente – Dr. José Fernando de Oliveira Costa

Conselheiros Federais:

Efetivo – Dr. Altamiro José dos Santos (2018-2021)
Suplente – Dr. Edimar Caetité Júnior (2018-2021)

Organizadora:

Maria Fernanda Barros de Oliveira Brandão

Autoras:

Alícia Krüger, Carina Carvalho Silvestre, Giovanna Braga Silva, Isabel Dielle Pio, Laura Maria Santos do Nascimento, Luise de Paula Soares, Maria Fernanda Barros de Oliveira Brandão, Mariana Martins Benvindo, Náila Neves de Jesus.

Revisoras:

Diêgo Jones Ferreira Figueredo, Fernando Henrique Oliveira de Almeida, Paloma Freitas Brito, Jorge Carvalho, Tito Loiola Carvalhal e Rafael Henrique da Silva Teles.

Projeto Gráfico:

Andréia Caetano

Coordenação Editorial e de Produção:

Assessoria de Comunicação CRF-BA/Paloma Freitas Brito e Jorge Carvalho

Tiragem: 500 exemplares

Guia do Cuidado Farmacêutico para a Comunidade LGBTI+

Primeiros passos para um
atendimento humanizado e criação
de ambientes mais inclusivos

2ª edição

Nota das autoras: O conhecimento está em constante atualização e transformação. À medida que esta obra chega ao conhecimento de mais leitores são recebidos comentários e algumas vezes sugestão de revisão. Nesta 2ª edição contamos com a revisão de alguns termos e conceitos identificados pela Articulação Brasileira Não-Binária (ABRANB). Essas sugestões representam o reconhecimento de que é necessário um fórum permanente de debate acerca dos direitos relacionados com a orientação sexual e a identidade de gênero no sentido de dar mais clareza e coerência aos leitores deste guia.

FICHA CATALOGRÁFICA

Guia do Cuidado Farmacêutico para a Comunidade LGBTI+ / Primeiros passos para um atendimento humanizado e criação. Copyright © 2021 Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia (CRF-BA). Permitida a reprodução de qualquer parte desta edição, desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

- 08 APRESENTAÇÃO
- 11 CONCEITOS E TERMOS DA DIVERSIDADE
- 17 PRINCIPAIS CONQUISTAS DE DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI+ NO BRASIL
- 21 PESSOAS LGBTI+ E DISPARIDADES EM SAÚDE
- 23 CRIANDO UMA FARMÁCIA INCLUSIVA E TORNANDO-SE FARMACÊUTICA PELA DIVERSIDADE
- 27 FARMACÊUTICA COMO PROMOTORA DA SAÚDE PARA COMUNIDADE LGBTI+
- 30 FARMACÊUTICA COMO PROMOTORA DA SAÚDE PARA PESSOAS TRANS E TRAVESTIS
- 35 FARMACÊUTICA COMO PROMOTORA DA SAÚDE EM HIV/AIDS E OUTRAS IST
- 38 SUGESTÕES DE SITES E MATERIAIS PARA CONSULTA
- 39 REFERÊNCIAS

EDITORIAL

O CRF-BA vem trabalhando para fomentar a agenda dos direitos humanos ao estimular farmacêuticas a adotarem medidas que evidenciam o compromisso ético, social e sanitário com a população.

Garantir o respeito à diversidade deve ser uma base consistente nas organizações. Para ajudar as farmacêuticas baianas e outros profissionais nessa jornada, o CRF-BA, através do grupo de trabalho Farmacêuticas pela Diversidade, preparou este guia.

Tudo começou em 2020, após um encontro virtual (live) com a farmacêutica Alícia Krüger. A partir daquele momento a Instituição se comprometeu a pautar a importância do cuidado farmacêutico na diversidade. Inicialmente foi realizada uma campanha nas redes sociais abordando o tema e fomentando o conhecimento a respeito do universo LGBTI+. Em seguida, buscando melhorar o entendimento das profissionais farmacêuticas sobre o cuidado da comunidade LGBTI+, foi formado um grupo de trabalho para a construção deste guia.

Sabemos que ainda há muito a ser modificado e construído, e aqui podemos citar a importância de preparar o CRF-BA para o pleno atendimento à diversidade humana

em suas instalações, inclusive inspirado nas orientações deste guia. A publicação deste trabalho é apenas o começo, mas temos certeza de que quanto mais profissionais conscientes tivermos, menos difícil será promover a transformação em relação ao cuidado da saúde do grupo LGBTI+.

A elaboração e veiculação de trabalhos como esse é o primeiro passo para que políticas públicas voltadas para a diversidade sejam instituídas. Também salientamos que esse material não pertence a nenhuma gestão, mas sim à instituição CRF-BA, garantindo a perpetuação do trabalho, representando uma conquista por e para as pessoas LGBTI+, que durante anos lutaram e lutam por esse objetivo. Assim, a autarquia do Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia coloca-se numa posição de aliado e colaborador nesta luta para que um número cada vez maior de pessoas tenham seus direitos assegurados, sem quaisquer discriminações ou preconceitos, de acordo com o Código de Ética da Profissão Farmacêutica, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, a Constituição Federal do Brasil e outras legislações, que asseguram direitos e deveres iguais para todas as brasileiras, nascidas ou naturalizadas, independente de gênero, credos, convicções, ideologias políticas, ou qualquer outra auto-afirmação pelo qual a cidadã se proclame, se mostre ou queira ser identificada. 🌈

A Diretoria

APRESENTAÇÃO

É com imenso prazer que apresentamos o **Guia do Cuidado Farmacêutico para a Comunidade LGBTI+ / Primeiros passos para um atendimento humanizado e criação de ambientes mais inclusivos**. Este documento foi escrito a partir do reconhecimento e entendimento de que a maioria das questões de saúde LGBTI+ não são suficientemente compreendidas e que, com as informações aqui compartilhadas, a atividade das profissionais farmacêuticas poderá se apoiar no sentido de aprimorar essa atenção em seus locais de trabalho.

Entretanto, a literatura, sobre como profissionais farmacêuticas no Brasil podem apoiar e melhorar essa atenção, ainda é escassa. Portanto, sabendo que é por meio da publicação que os trabalhos técnico-científicos possuem maior expressão e perenidade, na medida em que trazem a público o seu processo de produção de conhecimento, o grupo de trabalho Farmacêuticas pela Diversidade, desde agosto de 2020, vem construindo o Guia do Cuidado Farmacêutico para a Comunidade LGBTI+. Esta obra contou com grupo constituído não só pelas autoras, mas por uma equipe diversa formada por revisoras e colaboradoras, entre elas farmacêuticas, jornalistas, educadoras e estudantes, que somaram esforços para a conclusão deste trabalho.

Este é um dos primeiros documentos publicados sobre o assunto em nível nacional, cobrindo uma lacuna importante para que as discussões sejam (re)iniciadas, exploradas e somadas aos trabalhos já desenvolvidos nos ambientes de saúde, prioritariamente na área farmacêutica, e que as profissionais reflitam sobre a necessidade do cuidado e de serviços em saúde pautados nas necessidades da comunidade LGBTI+.

Neste guia optamos por utilizar pronomes e gêneros femininos, reconhecendo que a profissão farmacêutica é composta em sua maioria por mulheres¹. Também é importante mencionar que decidimos por utilizar a sigla LGBTI+ a fim de visibilizar mais identidades brasileiras.

Este documento foi elaborado com o objetivo de iniciar o aprofundamento para a compreensão da orientação sexual, identidade de gênero e atenção em saúde por meio dos serviços farmacêuticos direcionados para comunidade LGBTI+. O seu conteúdo é composto por 8 tópicos ao longo de 32 páginas.

O guia inicia com a apresentação de conceitos e termos para a diversidade, no intuito de esclarecer as terminologias básicas sobre o universo LGBTI+. O segundo tópico mostra, por meio de uma linha do tempo, as principais conquistas de direitos das pessoas LGBTI+ no Brasil. O terceiro tópico expõe as disparidades em saúde vividas pela comunidade e como o medo do estigma e discriminação impede e dificulta o acesso à saúde. A partir do quarto tópico, trazemos sugestões de como criar uma farmácia inclusiva e tornar-se uma farmacêutica pela diversidade. Em seguida, trazemos recomendações de como ser uma farmacêutica promotora da saúde para a comunidade LGBTI+ de forma geral e, depois,

de forma mais específica, trazemos a mesma abordagem voltada para pessoas trans e travestis. Em seguida, levantamos questões a respeito da promoção da saúde em HIV/AIDS e outras IST. E por fim, trazemos algumas sugestões de sites e outros materiais para consulta.

Esperamos que este trabalho possa servir de apoio às atividades de farmacêuticas, demais profissionais de saúde, estudantes e à própria comunidade. Precisamos não apenas discutir a promoção da saúde, mas buscar transformações no cenário atual, assim tornando o nosso cuidado mais inclusivo e mais capacitado.

Sabemos que nosso trabalho tem limitações que devem ser comentadas, e por isso estamos à disposição, para caso o leitor tenha dúvidas, críticas ou sugestões por meio do e-mail cim@crf-ba.org.br. 📧

¹

¹ Segundo relatório publicado pelo Conselho Federal de Farmácia em 2015, 67,5% da classe farmacêutica no Brasil é constituída por mulheres. E segundo dados do Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia, 70% das profissionais inscritas são mulheres.

As autoras



Alícia Krüger



Carina Silvestre



Giovanna Braga



Isabel Dielle Pio



Laura Nascimento



Luise Soares



Maria Fernanda Brandão



Mariana Benvindo



Náila Neves

AGRADECIMENTO

O intuito do material não é rotular as pessoas e nem encaixá-las em um conceito, mas abordar de forma clara e objetiva uma comunidade que necessita de cuidado em todo o universo multidisciplinar, englobando diversas áreas, mas priorizando orientações voltadas para o início de prestação de serviços farmacêuticos centrados na diversidade humana, que não se caracterizam apenas por uma sigla.

Quando nascemos somos designadas a partir de parâmetros biológicos, que nos distingue apenas por uma genitália para nos firmar em um gênero e em uma sexualidade normativa. Essa padronização social não permite nossa existência na DIVERSIDADE, assim **nosso corpo grita por existir**. Essa existência (des)humana de descobertas, angústias e medos durante toda a vida, desde a infância até à fase adulta, e talvez, para poucos, até na velhice.

Assim, é preciso compreender que a diversidade é pautada em uma complexidade de fenômenos observados e sentidos na pele, somos únicas em nossas ideias, personalidade, em nossos corpos. Dentro deste mesmo contexto, observa-se que a ideia inicial de padronizar gênero, ainda no nascimento, sem que este corpo tenha oportunidade de se autoconhecer, e se entender e assim se definir (ou não) e sentir-se livre nesse mar de diversidade.

A diversidade aqui tratada propõe-se a explorar, de forma clara e objetiva, a comunidade LGBTI+ formada por corpos únicos e não pessoas cópias, assim abordaremos desde o conceito dessa “sopa de letrinhas” que abrange a orientação sexual e a identidade gênero. A discussão aqui desenvolvida diz respeito aos serviços farmacêuticos em todos os aspectos de saúde, que venha a contribuir para o bem-estar e acolhimento desta comunidade diversa. 📧



por Laura Maria Santos do Nascimento.

1

CONCEITOS E TERMOS SOBRE A DIVERSIDADE

As pessoas são diferentes em vários aspectos, inclusive na diversidade de sexos, orientações sexuais, identidades e expressões de gênero, e por isso, é preciso garantir a igualdade e todos os direitos humanos considerando essas diferenças. Pessoas LGBTI+ são membros de todas as comunidades. Elas são diversas, vêm de todas as esferas da vida, estão incluídas em todas as raças e etnias, de todas as idades e níveis socioeconômicos e estão em todo o canto do país. As perspectivas e necessidades das pessoas LGBTI+ devem ser rotineiramente consideradas nos esforços de saúde pública para melhorar a saúde geral de cada pessoa e eliminar as disparidades (Institute of Medicine US Committee on Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Health Issues and Research Gaps and Opportunities, 2011).

Entre um dos maiores desafios da comunidade LGBTI+ está o acesso à saúde e a ausência de conhecimento e preparo dos profissionais da área, seja na rede pública, pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (OLIVEIRA et al, 2018) ou na rede particular.

Grandes esforços devem ser feitos para garantir que os indivíduos da comunidade LGBTI+ saibam que não

sofrerão preconceitos e se sintam encorajados a buscar os serviços de saúde, bem como o atendimento da profissional farmacêutica. Entre uma das formas para iniciar o processo de inclusão da comunidade LGBTI+ está o acesso aos serviços de saúde, recursos e organizações onde possam se sentir acolhidos (CNS, 2017).

Assim, inicialmente é preciso compreender as diversas orientações sexuais e identidades de gênero, e também o significado de cada letra na sigla LGBTI+ para além das categorias normativas, como forma de unir forças contra as discriminações naturalizadas na nossa sociedade. A quantidade de letras na sigla é a

2 Conceitos adaptados de:
KRÜGER, A. Avíões do cerrado: uso de hormônios por travestis e mulheres transexuais do Distrito Federal brasileiro. 2018. 114 f., il. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
REIS, T (org.). Manual de Comunicação LGBTI+. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino; 2018. 104 p.
YAMAGUCHI, L Y W; BARCELLOS, R (org). Promotores e promotoras da saúde LGBT para profissionais no SUS. UFRGS. 2018.

expressão do crescimento da representatividade e direitos ao longo da história e também é importante salientar que cada letra da sigla representa grupos distintos, cada um com suas próprias preocupações e necessidades especiais relacio-

nadas à saúde (Institute of Medicine US Committee on Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Health Issues and Research Gaps and Opportunities, 2011), algumas delas serão citadas ao longo deste guia. 🌀

Existem diversas variações da sigla, desde a mais curta, LGBT, utilizada na política brasileira, até a que emprega uma maior variedade, a LGBTQIA+. Neste guia optamos por utilizar a sigla LGBTI+ a fim de visibilizar principalmente as identidades brasileiras.

Assim, iniciaremos aprendendo os conceitos, termos e seus significados para acabar com a discriminação e o preconceito com as pessoas LGBTI+ e para um cuidado farmacêutico mais inclusivo.

O que cada letra da sigla significa?



Fonte: Promotores e promotoras da saúde LGBT para profissionais no SUS, 2018.

Termo	Conceito	Denominação/Expressão
Sexo designado ao nascimento	Diz respeito às características biológicas que a pessoa tem ao nascer. Inclui cromossomos, genitália, gônadas e composição hormonal, entre outros.	Corpos com vulva Corpos com pênis Corpos intersexo
Gênero	Gênero é uma categoria criada socialmente para diferenciar da dimensão biológica. Nesse sentido, significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não somente decorrência da anatomia de seus corpos.	Cisgeneridade Transgeneridade
Identidade de gênero	É a percepção, uma experiência interna e individual que uma pessoa tem de si (como ela se exerga na sociedade) como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente da leitura normativa que se faça do sexo biológico, definido ao nascimento.	Mulher transgênero Mulher cisgênero Homem transgênero Homem cisgênero Travesti Não-binária
Orientação sexual	Refere-se à profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero ou não apresentar atração por pessoas (assexualidade).	Homossexualidade Heterossexualidade Bissexualidade Pansexualidade Alosexualidade Assexualidade
Expressão de gênero	Como alguém se expressa, veste ou se apresenta na sociedade através do tipicamente feminino, masculino ou não-binária.	Feminina Masculina Não-binária

É importante compreender que identidade de gênero e orientação sexual são conceitos diferentes. Uma pessoa trans não é, por definição, homossexual, e sim uma pessoa com identidade de gênero diferente daquela atribuída a partir do nascimento. E essa pessoa trans pode ser heterossexual, homossexual, bissexual ou assexual.

ABC da diversidade

Assexualidade: É a ausência de atração sexual por qualquer sexo/gênero.

Agênero: É a ausência total de gênero ou a falta de algum tipo de gênero que enquadre o indivíduo.

Bissexualidade: Atração por mais de um gênero.

Cisgeneridade: Pessoa que está de acordo com o gênero designado ao nascimento.

Endossexo: Todas as pessoas que possuem características sexuais que se encaixam nas típicas noções binárias de corpos masculinos e femininos.

Expressão de gênero: Como alguém se expressa, veste ou se apresenta na sociedade através do tipicamente feminino, masculino ou não-binária.

Gay: Pessoa do gênero masculino (cis ou trans) que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino.

Gênero: Categoria criada socialmente para diferenciar da dimensão biológica. Nesse sentido, significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não somente decorrência da anatomia de seus corpos.

Heterossexualidade: Atração pelo sexo/gênero oposto.

Homens trans: São pessoas que nasceram com vagina e têm identidade de gênero masculina. Devem ser tratados no masculino e pelo nome com o qual se identificam.

Homossexualidade: Atração pelo mesmo sexo/gênero.

HSH: Sigla referente a homens que mantêm frequentemente ou esporadicamente relações sexuais com outros homens, independente de terem orientação sexual homossexual. É um termo bastante utilizado no campo da saúde pública, o mesmo se refere à prática e não à identidade sexual. Da mesma forma, em relação às mulheres nessa situação, cujo termo correto a ser utilizado é “mulheres que fazem sexo com mulheres”- **MSM**.

Identidade de gênero: É a percepção, uma experiência

interna e individual que uma pessoa tem de si (como ela se exerga na sociedade) como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois ou em outro sistema de gênero não-binário, independente da leitura normativa que se faça do sexo biológico, definido ao nascimento.

Intersexo: Pessoa que desenvolve características sexuais que são parte de ambas as definições típicas de sexo masculino e sexo feminino.

Lésbica: Mulher que é atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/ gênero (cis ou trans).

Mulheres trans: São pessoas que nasceram com pênis e têm identidade de gênero feminina. Devem ser reconhecidas como mulheres, tratadas no feminino e pelo nome com o qual se identificam.

Nome social: É o prenome adotado pela pessoa travesti e pessoa trans e não-binária, que corresponde à forma pela qual se reconhece, se identifica, é reconhecida e denominada por sua comunidade.

Orientação sexual: Refere-se à profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero.

Pansexualidade: Atração por todos os gêneros ou independentemente de gênero.

Pessoas não-binárias: Não se identificam de forma estrita com a identidade gênero homem ou mulher (binário de

gênero), podendo ser de ambos, parcialmente de algum, uma combinação, de nenhum ou outras possibilidades

Pessoas trans: São aquelas cuja identidade e expressão de gênero não estão em conformidade com as normas e expectativas impostas pela sociedade em relação ao gênero que lhes foi designado ao nascer, com base em sua genitália. A categoria de pessoas trans é bastante ampla e abarca as mulheres trans, as travestis, os homens trans, pessoas não-binárias (que não se identificam com o gênero masculino, nem com o feminino), dentre outras identidades.

Sexo designado ao nascimento: Diz respeito às características biológicas que a pessoa tem ao nascer ou que é produzido nela ao nascer. Inclui cromossomos, genitália, gônadas e composição hormonal, entre outros.

Transfobia: Palavra criada para representar a rejeição e/ou aversão a pessoas trans e travestis. A expressão está mais relacionada às ações políticas diferenciadas do movimento LGBTI+.

Transgeneridade: Categoria dissidente de gênero. É a vivência de um gênero (social, cultural) discordante com o que se esperaria de alguém de um determinado sexo (biológico) é uma questão de identidade.

Travestis: São pessoas que nasceram com pênis e têm identidade de gênero feminina. Identificam-se como travestis e reivindicam a legitimidade de sua identidade para além dos parâmetros binários do masculino e do feminino, desejando, todavia, serem tratadas no feminino e pelo nome com o qual se identificam.

Importante destacar:

Não há significativa diferença entre travestis e mulheres trans, que seja marcada por cirurgias genitais que essa fez e aquela não, por uso de hormônios ou mesmo por feminilidade. Ambas são pessoas trans de identidade feminina e a diferença que poderia marcar as duas identidades seria a conotação política e/ou subjetiva, isto é, quando determinada atitude individual ou de um grupo é compreendida a partir de aspectos políticos, culturais ou emocionais.

O Unicórnio de Gênero

Gráfico por:
TSER
Trans Student Educational Resources

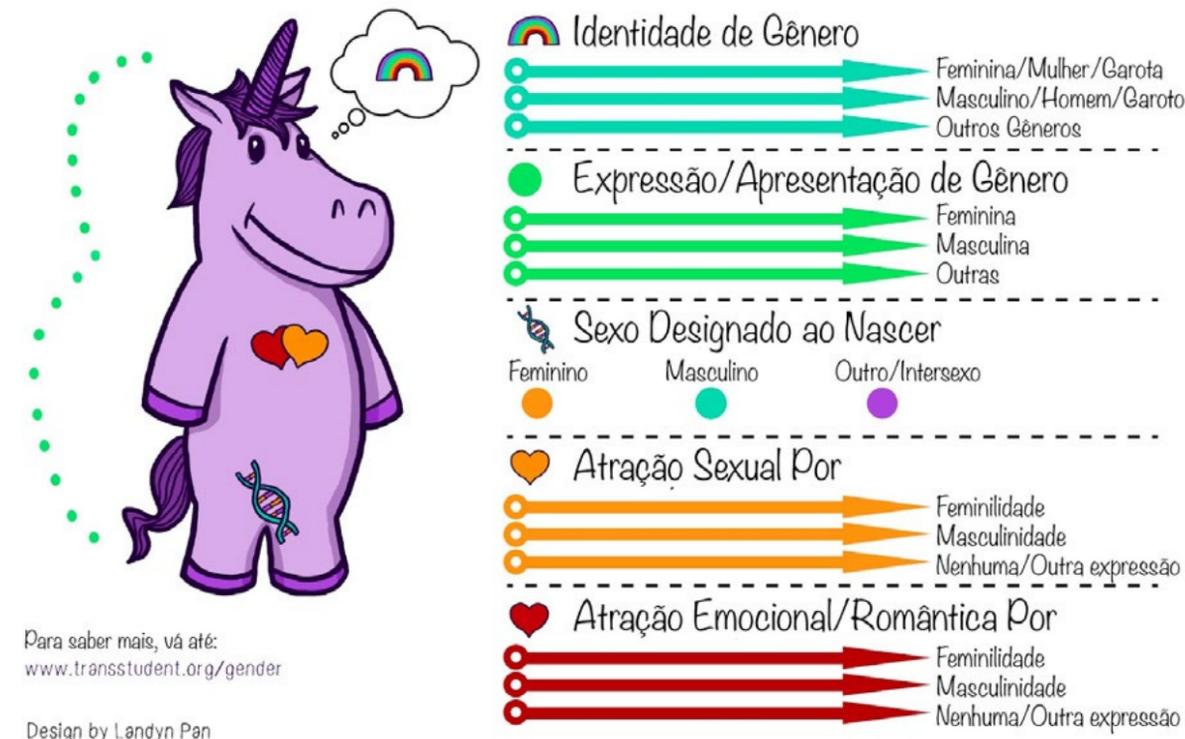


Figura 1. O unicórnio do gênero. Fonte: transstudent.org/gender/

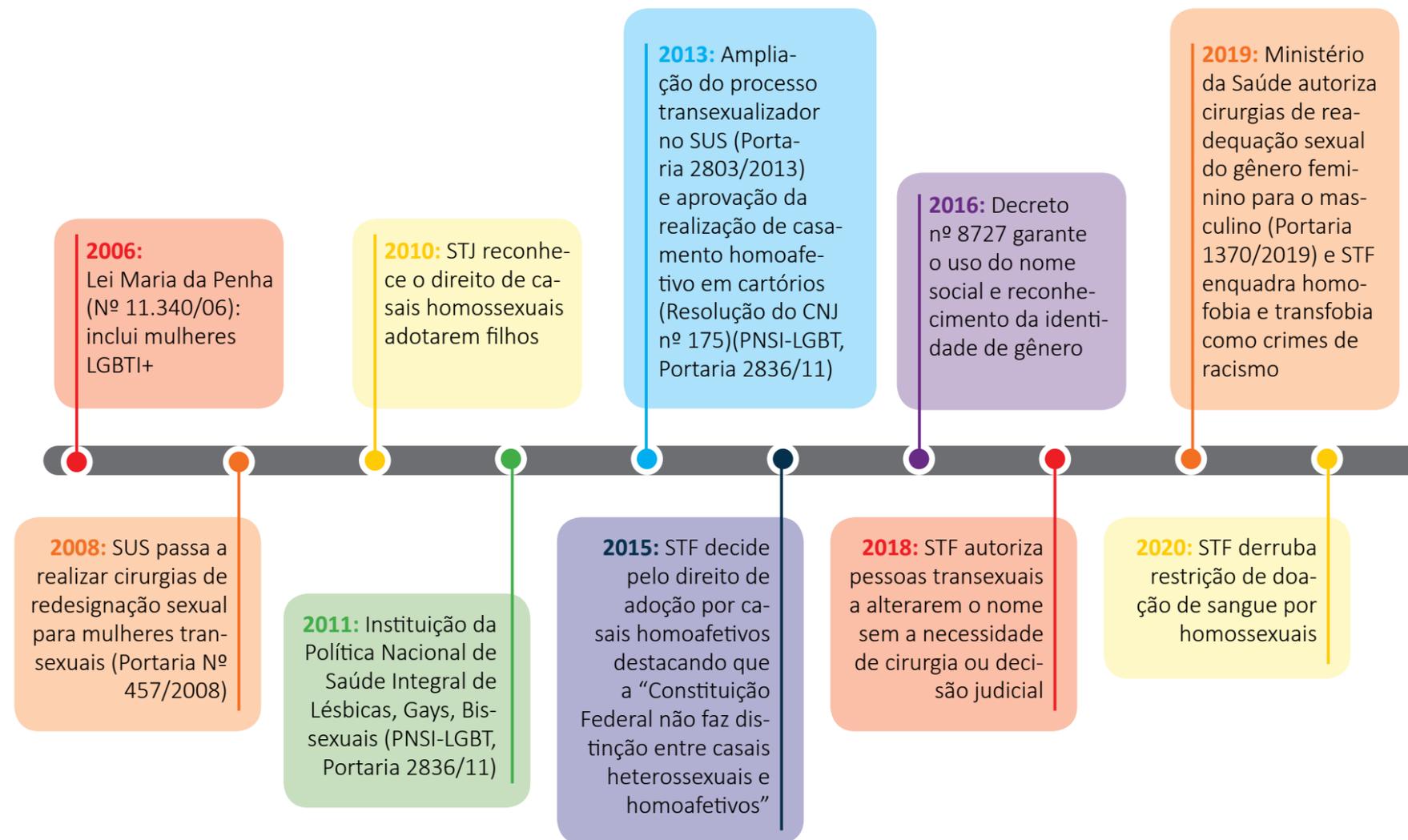
2 | PRINCIPAIS CONQUISTAS E DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI+ NO BRASIL

Além de conhecer os conceitos e termos sobre a diversidade, é importante entender a trajetória histórica de luta social e política da população de LGBTI+ no Brasil.

Os Movimentos Sociais LGBTI+ vêm alcançando no país um aumento da visibilidade e consequente conquista de direitos nos últimos anos. Por meio de denúncias de violência e desrespeito, a comunidade LGBTI+ vem lutando e reivindicando igualdade dos direitos e políticas públicas, inclusive na área da saúde, que contemplem suas necessidades. Nesta linha do tempo, estão descritas as principais conquistas nos últimos anos no Brasil.



Foto: a href="https://www.freepik.es/fotosmano/Foto de Mão criado por jcomp - www.freepik.esa



Você sabia?

Mesmo o SUS possuindo como princípio o acesso à saúde universal, integral e equânime, como um direito de todo e qualquer cidadão, foi necessário que ativistas dos movimentos em prol dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e pessoas trans reivindicassem pautas e políticas públicas que contemplassem a saúde integral LGBTI+.

Para ter acesso ao texto completo da PNSI-LGBT, acesse: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf

Somente em 2011, após intensas discussões e alianças com o governo federal, foi possível a instituição da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT). A política nacional LGBT tem como objetivo promover a saúde integral da população LGBTI+ e ampliar o seu acesso aos serviços de saúde do SUS, eliminando a discriminação e a lgbtifobia² institucional, contribuindo para redução das desigualdades e a consolidação do SUS como um sistema universal, integral e equitativo. A Política está estruturada em quatro eixos estratégicos que articulam as ações para enfrentamento da desigualdade social em saúde que acometem a população LGBT. São eles:

Eixo 1: Acesso da população LGBT à atenção integral à saúde	Adoção de estratégias e planejamento para promoção de equidade em saúde e enfrentamento da discriminação e preconceito nos serviços de saúde; respeito ao uso do nome social nas instituições de saúde e estímulo a participação social do movimentos LGBT.
Eixo 2: Ações de promoção e vigilância em saúde para a população LGBT	Qualificação da informação em saúde por inserir os quesitos de orientação sexual e de gênero para coleta e análise de dados referente à saúde LGBT; desenvolvimento de indicadores de saúde e serviços; prevenção e atenção à saúde em casos de violência.
Eixo 3: Educação permanente e educação popular em saúde com foco na população LGBT	Ações que visam garantir a educação em saúde para gestoras e profissionais de saúde voltadas para enfrentamento das discriminações de gênero, orientação sexual, raça e especificidades da saúde LGBT.
Eixo 4: Monitoramento e avaliação das ações de saúde para a população LGBT+	Avaliação da morbimortalidade e acesso destas populações à atenção em saúde integral.

² Segundo Bruna Benevides (2020) na Cartilha "O que fazer em caso de violência LGBTIfóbica" publicada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), a LGBTIfobia é "o termo utilizado para compreender violências cometidas contra a população LGBTI+ e se apresenta como uma série de atitudes ou sentimento negativos em relação às pessoas LGBTI+, motivadas pela orientação sexual e/ou sua identidade de gênero.

Calendário com datas de visibilidade LGBTI+

29 de janeiro

Dia Nacional da Visibilidade Trans

31 de março

Dia Internacional da Visibilidade Trans

17 de maio

Dia Internacional de Combate à Homofobia

28 de junho

Dia Nacional do Orgulho LGBTI+

14 de julho

Dia Internacional do Orgulho Não-Binário

29 de agosto

Dia Nacional da Visibilidade Lésbica

23 de setembro

Dia da Visibilidade Bissexual

26 de outubro

Dia da Visibilidade Intersexual

08 de novembro

Dia da Solidariedade Intersexual

08 de dezembro

Dia da Pansexualidade

10 de dezembro

Dia dos Direitos Humanos

E a atividade profissional farmacêutica tem alguma resolução que ampara os serviços prestados à população LGBTI+?

De acordo com o Código de Ética da Profissão Farmacêutica é direito da profissional exercer sua atividade sem qualquer discriminação, seja por motivo de religião, etnia, orientação sexual, raça, nacionalidade, idade, condição social, opinião política, deficiência ou de qualquer outra natureza vedada por lei (CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 2014). Adicionalmente, as Resoluções do Conselho Federal de Farmácia nº 585 e 586/2013 dão o amparo legal necessário para que farmacêuticas, em especial as que atuam na farmácia comunitária, prestem cuidado voltado diretamente ao paciente LGBTI+. Farmacêuticas podem promover o uso racional de medicamentos e de outras tecnologias em saúde, redefinindo suas práticas a partir da necessidade dos pacientes, suas famílias e da sociedade baseados nessas resoluções. Desta forma, em relação à comunidade LGBTI+, cabe a esta profissional acolher e orientar essa parcela da população que historicamente enfrenta dificuldades no acesso aos serviços de saúde. 🌀

3 | PESSOAS LGBTI+ E DISPARIDADES EM SAÚDE

Mesmo com diversas conquistas de direitos e uma Política Nacional, pessoas LGBTI+ são marcadas pelo estigma e discriminação em diversas esferas da sociedade, inclusive no acesso à saúde. Isso representa uma violação aos direitos humanos. Essas situações de preconceito são frequentes até mesmo dentro dos serviços de saúde, como negação de direitos, omissão de cuidado, estigmatização e constrangimento, além de diversas formas de violências verbais, morais, institucionais e até físicas. É muito comum profissionais de saúde deslegitimarem a identidade das pessoas LGBTI+, como por exemplo recomendar que uma pessoa reconsidere a forma como se reconhece (OLIVEIRA, 2018).

Seja no setor público ou privado, esta situação é uma barreira para que pessoas com expressões, vínculos e identidades diferentes da normatividade heterossexual e da cisgenaridade imposta possam exercer seu direito à saúde.

A comunidade LGBTI+ tem muitos desafios para enfrentar em vários aspectos, que vão desde a saúde

de forma global, a mental e também problemas específicos. Portanto, não é surpresa que haja um risco aumentado de agravamento de problemas de saúde para a comunidade LGBTI+. Existem certos fatores que tornam essas pessoas mais vulneráveis e as colocam em maior risco, como discriminação, hostilidade da sociedade, falta de acesso ao suporte, potencial aumento do risco de desemprego, ambientes familiares inseguros e instabilidade habitacional. Ainda assim, pessoas LGBTI+ provavelmente enfrentarão esses problemas de maneiras diferentes, portanto, generalizações devem ser evitadas (HSE, 2009).

Desta forma, é necessário compreender como esse processo social determina o adoecimento, e nesse sentido é possível observar aspectos da medicalização dos corpos e da diversidade, reduzindo as consequências da vulnerabilidade aos “problemas” individuais.

Estudos mostram entraves importantes do público LGBTI+, em especial a população transgênero SUS. As dificuldades concentram-se, mas não se limitam

a: não utilização do nome social, preconceitos diversos com destaque para transfobia, patologização das identidades de gênero e orientação sexual, entre outras. É possível destacar também a vergonha e/ou o temor da pessoa LGBTI+ de buscar a assistência de um profissional (NEGREIROS, 2019; NOTA, 2019; ROCON 2016).

Segundo relatório publicado pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS), pessoas LGBTI+ apresentam piores resultados de saúde do que pessoas que se enquadram nos padrões heteronormativos (sexo biológico como determinante da identidade de gênero, homem e mulher). No caso, pessoas que fujam da lógica binária e dicotômica (BRASIL, 2015). Outras disparidades incluem taxas mais altas de depressão, ansiedade, uso de tabaco, abuso de álcool, suicídio e ideação suicida do que as taxas de heterossexuais. Isso se deve ao estresse crônico, ao isolamento social e à falta de conexão com vários serviços de saúde e apoio. 🌀



4 | CRIANDO UMA FARMÁCIA INCLUSIVA E TORNANDO-SE FARMACÊUTICA PELA DIVERSIDADE

Farmacêuticas são consideradas profissionais de saúde mais próximas da população devido a localização geográfica das farmácias comunitárias, e por esta posição de privilégio, podem prestar cuidados à saúde diferenciados, sendo capazes de se conectar com os pacientes de uma maneira pessoal para aconselhar sobre questões delicadas que requerem habilidades culturais e de comunicação aprimoradas sob medida para cada paciente. Isso inclui conhecimento aplicável sobre as necessidades exclusivas dos membros da comunidade LGBTI+ (GRUNDMANN et al., 2019).

Inicialmente, é necessário que você, enquanto farmacêutica, realize o atendimento focado na assistência integral e não somente com o olhar na orientação sexual e/ou identidade de gênero, também é necessário que seus preceitos morais e religiosos não influenciem no julgamento acerca do processo de saúde do indivíduo, já que dentre as principais razões pelas quais existe um afastamen-

to da comunidade LGBTI+ dos serviços de saúde constam a discriminação que já sofreram, vergonha, preconceito internalizado, antecipação e expectativa sobre um possível contato desrespeitoso (GRUNDMANN et al., 2019).

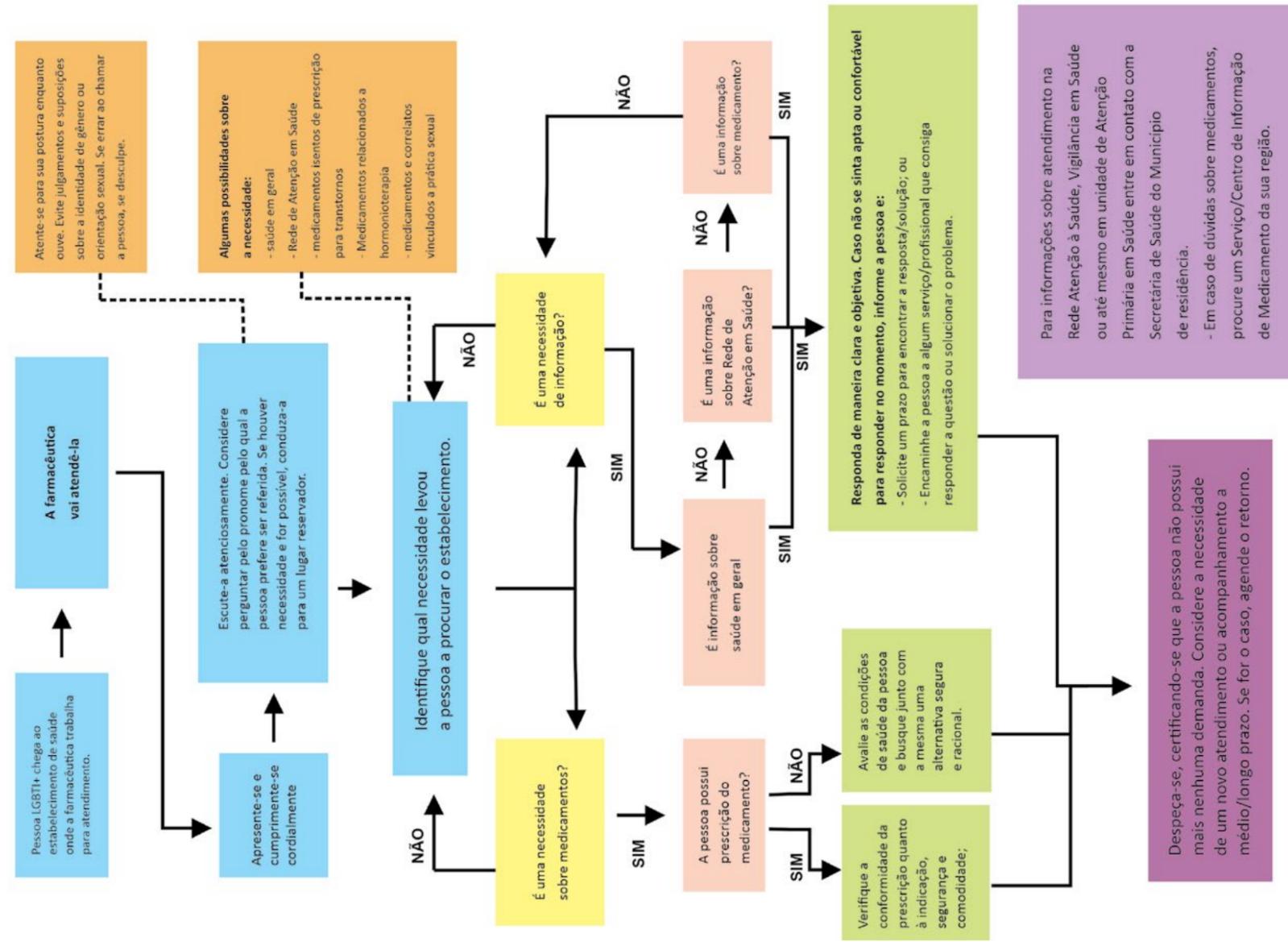
Para proporcionar assistência integral e cuidado respeitoso para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas trans, intersexo e mais, é necessário que tenhamos em mente que precisamos construir um ambiente acolhedor e inclusivo para essas pessoas. Assim, elas poderão conversar com você, farmacêutica, sobre suas necessidades de assistência em saúde sem sofrer preconceitos. Essa é uma maneira importante de sinalizar que as formas de diversidade são comuns, naturais e dignas de reconhecimento (HUMAN RIGHTS CAMPAIGN FOUNDATION, 2016). Logo abaixo, temos algumas dicas do que podemos fazer para criar um espaço e oferecer serviços farmacêuticos inclusivos para a comunidade LGBTI+. 🌀

Criando uma farmácia LGBTI+ inclusiva

- Prover treinamento para a equipe sobre conceitos e termos das identidades LGBTI+ e como evitar estereótipos e suposições sobre a orientação sexual e identidades de gênero.
- Incluir materiais de educação que apresentem conteúdos que não suponham a heteronormatividade.
- Incluir as identidades LGBTI+ nos conteúdos das ações em saúde (ex. Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul, etc).
- Garantir o acesso das pessoas aos banheiros conforme sua identidade de gênero ou oferecer banheiro com gênero neutro.
- Adotar linguagem inclusiva/neutra e estar atenta aos termos e conceitos de identidade de gênero e orientação sexual.

Dicas para ser farmacêutica LGBTI+ inclusivo na diversidade

- Não faça suposições sobre a identidade de gênero ou orientação sexual com base no nome de registro, aparência ou tom de voz.
- Pergunte respeitosamente como a pessoa prefere ser tratada.
- Mantenha uma linguagem neutra em relação ao gênero.
- Realize capacitações com sua equipe sobre a temática para evitar falhas de comunicação e atendimento indevido.
- Considere tornar os formulários usados na farmácia mais inclusivos, não apenas binários masculino/feminino.
- Evite fazer perguntas pessoais desnecessárias que não sejam diretamente relevantes para o cuidado da paciente.
- Caso seja cometido algum erro em relação ao nome ou pronome, reconheça e peça desculpas.
- Procure buscar informações sobre a temática em fontes seguras.



É preciso atentar-se para a linguagem, uma ferramenta de extrema importância para criar um ambiente acolhedor e adequado, além de fornecer um atendimento que confira segurança para as pessoas LGBTI+. Esta é uma competência cultural imprescindível para você estabelecer uma relação de cuidado com seu paciente (ROSSI; LOPEZ, 2017).

Como a farmacêutica pode se tornar competente no cuidado inclusivo na diversidade?

- Adquirindo conhecimento sobre as particularidades da população LGBTI+ e o vocabulário apropriado para se dirigir a ela (disponível nas primeiras páginas deste guia);
- Conseguindo reconciliar crenças pessoais com seu papel profissional;
- Criando um ambiente de saúde inclusivo, de modo que a influência de preconceitos pessoais não impacta negativamente no processo de cuidado;

- Usando pronomes sugeridos pelo paciente.
- Não assumir cisheteronormatividade ou fazer pré-julgamentos relacionados ao estigma e vulnerabilidade (por exemplo, a infecção pelo HIV), evitar perguntas que possam constranger as pessoas e assegurar confidencialidade no atendimento, são algumas recomendações quando vamos atender lésbicas, gays, bissexuais, travestis, trans, intersexuais e mais (LOGIE et al., 2019). Para se tornar um profissional com sensibilidade cultural para atender as demandas de pessoas LGBTI+, é necessário que se invista em treinamento e capacitação não só da farmacêutica, mas de toda a equipe (THE FENWAY INSTITUTE, 2018). 🌈

5 | A FARMACÊUTICA COMO PROMOTORA DA SAÚDE PARA A COMUNIDADE LGBTI+

Um grande desafio da profissional farmacêutica na promoção de saúde a população LGBTI+ é compreender as disparidades em saúde que acometem a comunidade, por se tratar de um grupo minoritário, excluído socialmente e sujeito a situações de violência, está propenso a quadros de saúde mental fragilizada e hábitos prejudiciais, como o consumo de cigarro e bebidas alcoólicas (SCHWINDT, 2020). É possível que diante desse cenário pessoas LGBTI+ sejam acometidas de transtornos como depressão e ansiedade, o que pode levar a práticas autolesivas, como o uso indevido de substâncias. Por isso, a orientação sobre o uso de psicotrópicos e possíveis interações medicamentosas deve ser feita de maneira cautelosa.

A atuação da farmacêutica pode ainda estar inserida na prevenção do tabagismo ou no incentivo do cessamento dessa prática e orientação sobre danos causados pelo uso recreativo de álcool e outras drogas. Além disso, devido a incidência de obesidade e transtornos alimentares nesse grupo, é preciso incentivar a adoção de hábitos saudáveis e acompanhar tratamentos prescritos por médicos ou nutricionistas, bem como fazer encaminhamentos para especialistas quando julgar necessário.

Quadro 2: Efeitos de algumas vulnerabilidades em saúde vividas pela população LGBTI+

Saúde geral	Impactos na saúde por uso de fumo, álcool, e drogas recreativas; maior incidência de obesidade e distúrbios alimentares.
Saúde mental	Alta incidência de depressão, ansiedade, uso indevido de medicamentos psicotrópicos e drogas recreativas, automutilação e suicídio.

Jovens	Experiência de isolamento, medo, estigma, bullying e rejeição familiar, o que contribui para depressão, ansiedade, automutilação, suicídio e uso indevido de medicamentos psicotrópicos e outras drogas.
Mulheres cis lésbicas e bissexuais	Doenças cardiovasculares, diabetes, síndrome do ovário policístico, câncer de ovário e câncer de mama. Dificil acesso aos serviços ginecológicos. Baixa consciência das ISTs disseminadas pela relação sexual entre mulheres. Barreiras ao acesso aos serviços de reprodução humana assistida (AHR).
Mulheres trans e travestis	Desamparo pela falta de serviços essenciais de saúde e especializados em gênero, como cirurgias, cuidados pós-operatórios, endocrinologistas, psiquiatras, terapeutas, entre outros. Isolamento, medo, estigma, violência física e rejeição familiar contribuindo para a depressão, ansiedade, automutilação, suicídio e uso indevido de medicamentos.
Gays, bissexuais masculinos (cis e trans) e HSH	Estresse e ansiedade por causa de abuso homofóbico e bifóbico, além da violência. Uso indevido de substâncias e riscos à saúde sexual (ISTs, incluindo HIV e sífilis).
Pessoas mais velhas	Invisibilidade, isolamento e solidão. Falta de reconhecimento dos parceiros. Dificuldade para vivenciar a própria sexualidade. Temor da sociedade, familiares e amigos.
Minorias étnicas e culturais	Problemas de saúde resultantes da discriminação/perseguição em sua comunidade/país de origem e discriminação em respectivas comunidades nos países que vivem. “Dupla discriminação” como imigrantes e pessoas LGBTI+.
Pessoas com deficiência	Consequências para a saúde física e mental de “dupla discriminação”, falta de reconhecimento dos deficientes como seres sexuais, falta de acesso aos serviços de saúde e participação na comunidade LGBTI+.
Paternidade, promoção e adoção	Dificuldades de acesso aos serviços de saúde para pessoas LGBTI+ e seus filhos resultantes de uma falta de orientação social, jurídica e reconhecimento de sua unidade familiar. Barreiras ao acesso aos serviços de reprodução humana assistida. Sofrimento psicológico associado à estigmatização sistêmica de suas famílias, risco relacionado ao isolamento e intimidação de crianças com pais LGBTI+ nas escolas.
Sem-teto (ou moradores de rua)	Riscos à saúde associados a pessoas sem-teto, incluindo uso indevido de substâncias, prostituição, ataques lgbtfóbicos e dificuldades de acesso à saúde.

Fonte: traduzido e adaptado de HSE National Social Inclusion Governance Group, 2009.

Também é necessário se atentar para a educação sexual difundida pelos serviços de saúde, geralmente heteronormativa, o que colabora para grandes lacunas no conhecimento da população LGBTI+ sobre práticas sexuais seguras e riscos aos quais estão sujeitos, esse tópico será mais aprofundado no item 7.

Assim, a atuação da farmacêutica deve ser construída a partir do conhecimento das vivências do paciente, da sua situação socioeconômica e de todos os fatores que influenciam para a sua qualidade de vida e saúde, auxiliando tanto na prevenção quanto no tratamento de condições já estabelecidas, além do aconselhamento sobre práticas saudáveis que enriqueçam e contribuam positivamente para o bem-estar do mesmo.

Tais problemas contribuem sobremaneira para a não inclusão do público LGBTI+ no atendimento no SUS, tanto em instituições públicas e porque não dizer também no âmbito privado. Portanto, é necessário que os profissionais de saúde concentrem suas intervenções ao encontro da concepção ampliada de saúde. O desafio da promoção da equidade para a população LGBTI+ deve ser compreendido a partir da perspectiva das suas vul-

nerabilidades específicas, necessidades em saúde individuais o que demanda ações dos profissionais de saúde que visem à proteção dos direitos humanos e sociais dessas populações (LIMA, 2016). 🌀



Figura 2. Jaqueline Santos: primeira trans farmacêutica de Pernambuco. Fonte: poenaroda.com.br/diversidade/pernambuco-tem-a-primeira-farmaceutica-trans/

6 | A FARMACÊUTICA COMO PROMOTORA DA SAÚDE PARA PESSOAS TRANS E TRAVESTIS

Apesar da transgeneridade, travestilidade e a discussão sobre diversidade e inclusão em saúde estarem se tornando cada vez mais presentes em nossa sociedade, ainda há a percepção da ausência do trabalho da área farmacêutica no conjunto de documentos, diretrizes e protocolos clínicos associados ao cuidado do indivíduo transgênero. Nas ciências da saúde, um levantamento preliminar¹ encontrou relatos de experiências e opiniões de especialistas, mas indicou uma escassez de trabalhos de alto nível de evidência científica sobre a temática. Um estudo identificou uma postura positiva dos profissionais da farmácia para o atendimento de pessoas trans e travestis, apesar do baixo nível de conhecimento, especialmente sobre o processo de hormonização e outras iniciativas de modificação corporal utilizadas por esta população (MELIN, 2019).

De maneira geral, a hormonização tem como principal recurso a administração de agentes endócrinos exógenos - medicamentos à base de hormônios - para induzir mudanças corporais associadas às características relacionadas à identificação/expressão de gênero de cada indivíduo. Para muitas pessoas esta é uma inter-

venção necessária, mas não deve ser considerada parâmetro essencial para compreender estes indivíduos, no que se refere à categoria de gênero.

Os hormônios para uso em mulheres trans e travestis incluem o estradiol de uso oral, transdérmico ou parenteral. Também são utilizados antiandrogênicos como a espironolactona ou acetato de ciproterona e agonistas do hormônio de liberação de gonadotrofina (GnRH). O hormônio para homens trans é a testosterona parenteral ou transdérmica (MELIN, 2019). Salienta-se que a hormonização pode ser utilizada independentemente da pessoa transgênero se submeter à cirurgia.

No contexto da hormonização, bem como o uso de outros medicamentos e correlatos, vislumbra-se a farmácia clínica como espaço de intervenção e cuidado farmacêutico às pessoas trans e travestis.

¹Revisão sistemática intitulada *The pharmacist's role on transgender care: findings from a literature review*, em processo de publicação, realizada pelo Núcleo de Estudos e Serviços Farmacêuticos à Pessoa Transgênero, da Universidade Federal do Vale do São Francisco - NESFTrans/Univasf.

Apresentam-se algumas possibilidades de contribuição da farmacêutica na hormonização de pessoas trans:



INDIVIDUALIZAÇÃO DA FARMACOTERAPIA



MONITORAMENTO DE PADRÕES DE SEGURANÇA E EFICÁCIA CLÍNICA



TOMADA DE DECISÃO EM CONJUNTO COM OUTROS PROFISSIONAIS DE SAÚDE



EDUCAÇÃO DO PACIENTE PARA O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS

Ainda não temos nenhum método específico para este tipo de trabalho, mas isso pode ser a motivação para que você, farmacêutica possa experimentar processos diferentes e escolher seu próprio jeito de fazer para se tornar uma profissional inclusiva à diversidade. Busque alinhar o serviço farmacêutico que você oferta no seu local de trabalho às premissas do cuidado inclusivo e voltado à diversidade. Essa é a oportunidade para construção de novas leituras frente a complexidade dos vários jeitos de ser.

Abaixo, elencamos alguns pontos importantes que você, farmacêutica, deve ter especial atenção ao cuidar de uma pessoa trans ou travesti em hormonização.

• Sempre respeite o nome social.

A atribuição de um novo nome acompanha os processos de transformação do corpo de uma pessoa trans (ROCON, et al. 2016). Ser chamada pelo nome e pronome que deseja, bem como ser identificada em documentos médicos, de maneira respeitosa e livre de discriminação, é um direito de toda cidadã brasileira, conforme o estabelecido pela Carta dos Direitos dos Usuários do SUS (MINISTERIO DA SAUDE, 2011). Portanto, chamar o indivíduo pelo seu nome social é dever do profissional de saúde que o assiste e ao fazer isso, você, farmacêutica envia uma mensagem de acolhimento e respeito ao seu paciente!

• Acolher a demanda da hormonização e se empenhar para torná-la mais racional possível.

Como já foi dito anteriormente, a população trans sofre com dificuldades de acesso a serviços de saúde, o que torna a farmácia comunitária um dos pontos principais de cuidado a esse público, além dos locais de aquisição dos medicamentos. Uma grande parte dessas pessoas fazem uso contínuo de hormônios, por meio da automedicação, mediante orientações de outras pessoas trans e sem acompanhamento de um médico prescritor. Daí, observa-se o papel fundamental da profissional farmacêutica para atender de maneira acolhedora (KRÜGER, 2019) e contribuindo para a segurança desses sujeitos, independentemente do mesmo apresentar prescrição médica. Torne a automedicação responsável, construindo com a pessoa um plano de cuidado seguro! Para isso, saiba que:

A hormonização deve ser individualizada com base nas metas pessoais de cada usuário, na relação risco/benefício do uso dos medicamentos, na presença de outras condições médicas e levando em consideração questões socioeconômicas.

Não esqueça de, sempre que possível, recomendar o acompanhamento médico ou realizar encaminhamento a alguma unidade de saúde que você tenha certeza que irá atendê-la bem.

• Informe sobre as limitações e riscos associados ao uso de medicamentos hormonais.

Uma conversa franca entre a farmacêutica e a pessoa ajuda no desenvolvimento de expectativas realísticas sobre a hormonização. Esclareça ao seu paciente que os efeitos esperados após o uso de hormônios variam para cada pessoa e conforme a dosagem e o tempo de tratamento. Além disso, destaca-se a necessidade de mais investigações clínicas, porque os desfechos esperados e os riscos relativos ao uso de hormônios ainda não estão totalmente claros. Precisamos lembrar que os estudos de eficácia e segurança de medicamentos são realizados em voluntários, seguindo o padrão de corpos estabelecidos pela norma da cissexualidade e ainda assim, bastante restritos por diversos critérios de elegibilidade, que intencionam dar homogeneidade a essas pesquisas. As amostras das pesquisas clínicas não são, portanto, representativas da realidade da população em geral e menos ainda da população trans e travesti.

- **Instrumentalize a pessoa trans ou travesti para monitorar possíveis eventos adversos relacionados à hormonização.**

Sabe-se que para todo e qualquer medicamento é inerente a possibilidade de gerar desconfortos ou problemas de saúde, o que torna necessária a adequada orientação do usuário, principalmente no cuidado em reconhecer potenciais eventos desagradáveis decorrente do uso de medicamentos, bem como formas de preveni-los, minimizá-los ou resolvê-los.

No que se refere a hormonização, há reconhecida relação entre o uso de hormônios cisfemininos e a ocorrência de acidente vascular cerebral, flebites, infarto do miocárdio entre outros agravos, podendo resultar em mortes ou sequelas importantes. Entre os homens trans, a utilização de doses normalmente elevadas de hormônios masculinizantes, é também um agravante no quadro de saúde destas pessoas (MELIN, 2019).

Por isso, ao atender uma pessoa trans ou travesti no uso de hormônios, certifique-se que a sua condição de saúde não contraindica ou restringe o uso desses me-

dicamentos e busque, juntamente com o indivíduo, a melhor alternativa. Caso exista um médico prescritor, busque contato para discutir a melhor escolha de medicamentos. E ainda, forneça à paciente ferramentas simples e claras de controle de sinais negativos relacionados a medicamentos.

- **Não esqueça que indivíduos trans e travestis possuem outras demandas para além da hormonização!**

A profissional farmacêutica deve contribuir para a integralidade do cuidado em saúde. Isso significa dizer que devemos nos preocupar em não fornecer uma atenção compartimentalizada, mas sim respeitando todas as dimensões da complexa vivência humana. Recordemos que há pessoas trans que não utilizam hormônios, seja por desejo ou por contraindicação clínica. Há ainda outras intervenções corporais que usam recursos não farmacológicos, mas que também impactam no estado de saúde do indivíduo. E, finalmente, essas pessoas possuem outras necessidades de saúde que não estão relacionadas diretamente à sua identidade/expressão de gênero, mas que requerem atenção de igual maneira.

Ainda assim, podemos identificar alguns efeitos experimentados por pessoas trans em hormonização, como apresentados abaixo:



7 | A FARMACÊUTICA COMO PROMOTORA DA SAÚDE EM HIV/AIDS E OUTRAS IST

O estigma e a discriminação são barreiras que impedem o acesso das pessoas LGBTI+ aos serviços de saúde. A população LGBTI+, assim como outras populações-chave e vulneráveis, têm diariamente o seu direito ao acesso a serviços de saúde negado, consequência do preconceito e da desinformação por parte de profissionais de saúde.

A prevalência de HIV entre a população geral, no Brasil, é de, aproximadamente, 0,4%. Dados de pesquisas encomendadas pelo Ministério da Saúde mostram que, entre homens cis gays e outros homens cis que fazem sexo com homens, a taxa de prevalência, chega a 18% (KERR, 2018). Já entre as pessoas trans, a taxa de prevalência de HIV pode chegar a até 36,9% e as taxas de prevalência de sífilis ativa chegam a superar 25% (BASTOS, 2018).

Sabe-se que esta prevalência acrescida de HIV e de outras IST é fruto não apenas de práticas sexuais desprotegidas, mas, também e, principalmente, por fatores sociais estruturais que fazem com que as pessoas LGBTI+, sobretudo as pessoas trans, sofram,

também de forma acrescida, falta de acesso à educação, saúde e renda.

De acordo com o Stigma Index do UNAIDS, 31,9% das pessoas trans relataram ter enfrentado alguma situação ruim com algum profissional de saúde, e 36,3% disseram ter medo de que o profissional de saúde: médicos (as), enfermeiros (as) ou outro profissional as tratassem mal ou revelassem seu estado sorológico positivo para o HIV sem consentimento. Das pessoas trans entrevistadas, 13,9% relataram já terem sido vítimas de comentários negativos ou fofocas feitas por profissionais de saúde, relacionadas ao fato de viverem com HIV, enquanto 11,1% relataram terem vivido alguma situação de diminuição do contato físico ou precauções extras (como utilização de duas luvas, por exemplo), e 6,5% já foram vítimas de agressão verbal (UNAIDS, 2019).

Para diminuir as altas prevalências do HIV e outras ISTs entre pessoas LGBTI+, você, profissional farmacêutica pode lançar mão de importantes tecnologias como: oferta de preservativos; realização

de testagem rápida para HIV e outras IST, Profilaxia Pré-Exposição ao Risco de Infecção pelo HIV (PrEP); Profilaxia Pós-Exposição ao Risco de Infecção pelo HIV (PEP).

Você pode e deve atuar com uma excelente consulta farmacêutica no momento da entrega de preservativos, no ato da testagem rápida para HIV ou outras ISTs ou mesmo na hora da dispensação da PrEP ou da PEP. Mas, para combater o estigma e a discriminação contra as pessoas trans, a tecnologia que você deve dispor é a humanização,

traduzida em acolhimento, muita escuta e um atendimento pleno e livre de preconceitos, visando resolver as questões trazidas por esta pessoa.

Sobre as práticas sexuais seguras, abaixo consta uma tabela com orientações que podem ser passadas sobre métodos de proteção, orientações estas que não devem se limitar a este material, é preciso compreender as necessidades específicas dos membros da comunidade LGBTI+ e assim aprimorar e aplicar seus conhecimentos na prática clínica. 🌀

Outra informação relevante para realizar orientação é sobre a utilização de géis lubrificantes associados a preservativos como forma de prevenção para ISTs. O gel lubrificante é utilizado para diminuir o atrito e evitar microlesões na mucosa do ânus, vagina ou pênis que podem ser porta de entrada para infecções. É importante lembrar que esses géis lubrificantes devem ser à base de água, a utilização de lubrificantes oleosos, como vaselina ou óleos alimentares, danifica o látex, podendo levar a ruptura do preservativo.

Método de Proteção	Descrição	Modo De Uso
Preservativo externo	Capa fina de borracha que cobre o pênis durante a relação sexual, para impedir o contato do mesmo com a vagina, com a boca ou com o ânus. Também deve ser usado para revestir brinquedos sexuais, que devem ser higienizados com álcool 70% antes do uso. (BRASIL, 2009).	1. Com o pênis ereto coloque a camisinha antes de qualquer contato com vagina, boca ou ânus; 2. Segure a ponta da camisinha com os dedos para retirar o ar e deixar a área livre, servindo de depósito para o esperma após a ejaculação. 3. Coloque a camisinha na cabeça do pênis e desenrole até cobri-lo todo; 4. A camisinha deve ser retirada imediatamente após a ejaculação, segure com cuidado pela base, para que o esperma não vazze.*
Preservativo interno	Tube feito de plástico macio, fino e resistente, já lubrificado e que se coloca dentro da vagina para impedir o contato quando houver penetração. Pode ser colocada imediatamente antes da penetração ou até oito horas antes da relação sexual. (BRASIL, 2009).	<p>Uso durante sexo vaginal:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Retire o preservativo da embalagem. 2. Com os dedos, aperte a camisinha pela parte de fora do anel interno, formando um oito; 3. Com a outra mão, abra os grandes lábios e empurre o anel interno da camisinha com o dedo indicador, até sentir o colo do útero; 4. Introduzir um ou dois dedos na vagina para ter certeza que a camisinha não ficou torcida e que o anel externo ficou do lado de fora, cobrindo os grandes lábios. <p>Uso durante sexo anal:</p> <p>Use bastante lubrificante ao redor do ânus; Com os dedos, aperte a camisinha pela parte de fora do anel interno, formando um oito; Em uma posição confortável, introduza o preservativo com o anel menor no interior do ânus com ajuda do dedo indicador. Certifique-se que o anel externo está cobrindo a parte externa do ânus.</p>
Barreira de látex	Pedaço fino e flexível de látex que protege contra o contato direto da boca com genitais ou da boca com o ânus durante o sexo oral. Reduz o risco de infecções sexualmente transmissíveis enquanto permite a estimulação anal ou do clítoris (Holland, 2019).	<ol style="list-style-type: none"> 1. A barreira de látex deve ser grande o suficiente para cobrir toda a área vaginal ou anal; 2. Não estique ou pressione com força contra a pele. Deixe aderir naturalmente ao corpo por meio de umidade ou estática; 3. Deixe a barreira no lugar até terminar em seguida, jogue-a na lata de lixo.

Os preservativos internos também são conhecidos como preservativos femininos e pode ser utilizada dentro da cavidade vaginal ou anal (KELVIN, 2011; AIDSMAP, 2019). Apesar do nome “feminino”, esses produtos podem ser usados por homens, mulheres e indivíduos não binários, independentemente do sexo biológico ou identidade de gênero (AIDSMAP, 2019).

Para as duas situações é importante praticar a inserção do preservativo interno antes da primeira vez que o usar para o sexo. Não use um preservativo interno ao mesmo tempo que um preservativo externo. Eles podem ficar juntos, o que pode fazer com que um ou ambos os preservativos se rompam.

*O preservativo deve ser utilizado uma única vez e descartado após o uso.

8 | SUGESTÕES DE SITES E MATERIAIS DE CONSULTA

SITES:

- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)
URL: <https://www.abgl.org/blog>
- Grupo Gay da Bahia
URL: <https://grupogaydabahia.com.br/>
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)
URL: <https://antrabrasil.org/>
- The World Professional Association for Transgender Health (WPATH)
URL: <https://www.wpath.org/>
- The National LGBTI+ Health Education Center
URL: <https://www.lgbtqihealtheducation.org/>
- The Human Rights Campaign Foundation
URL: <https://www.thehrcfoundation.org/professional-resources/healthcare-professionals>

GUIAS E MANUAIS:

- Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos - Jaqueline Gomes de Jesus
URL: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989
- Providing LGBTQ-Inclusive Care and Services At Your Pharmacy - Human Rights Campaign
URL: https://assets2.hrc.org/files/assets/resources/LGBTQ_Pharmacy_Guide_2016.pdf?ga=2.258887882.1310671809.1600456830-9037141.1599324705
- Improving The Health Care Of Lesbian, Gay, Bisexual And Transgender (Lgbt) People: Understanding And Eliminating Health Disparities - The Fenway Institute

URL:<https://www.lgbtqihealtheducation.org/wp-content/uploads/Improving-the-Health-of-LGBT-People.pdf>

- Transexualidade e Travestilidade na Saúde - Ministério da Saúde

URL: https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/03/transexualidade_travestilidade_saude.pdf

5- Cartilha Homens Trans - Ministério da Saúde

URL:https://portal.uneb.br/proaf/wp-content/uploads/sites/65/2019/03/cartilha_prevencao_hiv_homens_trans_020818.pdf

CURSOS ONLINE GRATUITOS

1- Curso Política Nacional de Saúde LGBT, ofertado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

URL: <https://lumina.ufrgs.br/course/view.php?id=62>

2- Política Nacional de Saúde Integral LGBT, ofertado pela UERJ/SUS/Fiocruz/UNA-SUS

URL:<https://avasus.ufrn.br/local/avasplugin/cursos/curso.php?id=44>

3 - Promotores e Promotoras da Saúde LGBT para Profissionais no SUS, ofertado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

URL:<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189266/001082168.pdf?sequence=1>

9 | REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABADE, E.A; DEMÉTRIO, F. A perspectiva de gênero e sexualidade nas políticas de saúde no Brasil. In: FEIO, C.L; REIS, A; DEMÉTRIO, F (Orgs.). Sexualidade e Saúde: perspectivas para um cuidado ampliado. Rio de Janeiro: Bonecker Editora, 2017. 589p.

BASTOS FI, BASTOS LS, COUTINHO C, TOLEDO L, Mota JC, Velasco-de-Castro CA, et al. HIV, HCV, HBV, and syphilis among transgender women from Brazil: assessing different methods to adjust infection rates of a hard-to-reach, sparse population. *Medicine*. 2018;97(1 Suppl):S16-24.

BRASIL. Lei Nº 13.021, De 8 De Agosto De 2014. Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_

ato2011-2014/2014/lei/l13021.htm>. Acesso em:14 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais. Brasília, 2009. Disponível em:< http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf>. Acesso em:14 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: Ministério da Saúde, 36p., 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidade e travestilidade na saúde. Brasília, 2015.

Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf

CAETANO, M.NASCIMENTO, C; RODRIGUES, A. Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT. In: Green, J et al. (Orgs.) História do Movimento LGBT no Brasil. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2018. 536p.

CARDOSO, Michelle Rodrigues; FERRO, Luís Felipe. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. Psicologia: ciência e profissão, v. 32, n. 3, p. 552-563, 2012. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932012000300003&script=sci_abstract&tlng=es >. Acesso em: 14 nov. 2020.

CNS. RESOLUÇÃO Nº 553, DE 09 DE AGOSTO DE 2017. Ementa Aprovar a atualização da Carta dos Direitos e Deveres da Pessoa Usuária da Saúde, que dispõe sobre as diretrizes dos Direitos e Deveres da Pessoa Usuária da Saúde anexa a esta Resolução. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2017/Reso553.pdf>

Com base nas informações da PSI-LGBT, e Protocolos divulgados da WORLD PROFESSIONAL ASSOCIATION FOR TRANSGENDER HEALTH, WPATH, 2011).

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução Nº 585 De 29 De Agosto De 2013. Ementa: Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Disponível em:<<https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/585.pdf>> Acessado em: 14 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução Nº 586 de 29 de Agosto de 2013. Ementa: Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências. Disponível em:< <https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/586.pdf>> Acessado em: 14 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução Nº 596 de 21 de Fevereiro de 2014. Ementa: Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares. Disponível em: <<https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/596.pdf>> Acessado em: 06 jan 2021.

GRUNDMANN, Oliver et al. The Pharmacist as an LGBTQ Ally. American Journal of Pharmaceutical Education, v. 84, n. 7, 2020. Disponível em:<<https://www.ajpe.org/content/84/7/ajpe7835.abstract>> Acessado em: 14 nov. 2020.

HOLLAND, Kimberly. Everything You Need to Know About Using a Dental Dam. Healthline, 7 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://www.healthline.com/health/healthy-sex/dental-dam#what-do-they-protect-against> >. Acesso em: 14 nov. 2020.

HSE NATIONAL SOCIAL INCLUSION GOVERNANCE GROUP. LGBT HEALTH: TOWARDS MEETING THE HEALTH CARE NEEDS OF LESBIAN, GAY, BISEXUAL AND TRANSGENDER PEOPLE, 2009. <https://www.hse.ie/eng/services/publications/topics/sexual/lgbt-health.pdf>

HUMAN RIGHTS CAMPAIGN FOUNDATION. Providing LGBTQ-inclusive care and services at your pharmacy. 2016. 12p.

INSTITUTE OF MEDICINE (US) COMMITTEE ON LESBIAN, GAY, BISEXUAL, AND TRANSGENDER HEALTH ISSUES AND RESEARCH GAPS AND OPPORTUNITIES. The Health of Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender People: Building a Foundation for Better Understanding. Washington (DC): National Academies Press (US); 2011. 1, Introduction. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK64810/>

Kerr L, Kendall C, Guimarães MDC, Salani Mota R, Veras MA, Dourado I, et al. HIV prevalence among men who have sex with men in Brazil: results of the 2nd national survey using respondent-driven sampling. Medicine. 2018;97(1 Suppl):S9-15. Disponível em: https://journals.lww.com/md-journal/Fulltext/2018/05251/HIV_prevalence_among_men_who_have_sex_with_men_in.11.aspx

KRÜGER, Alicia *et al.* Características do uso de hormônios por travestis e mulheres transexuais do Distrito Federal brasileiro. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 22, p. e190004, 2019. Disponível em: https://journals.lww.com/md-journal/Fulltext/2018/05251/HIV_prevalence_among_men_who_have_sex_with_men_in.11.aspx

LIMA, Maria Dálete Alves; DA SILVA SOUZA, Alcimar; DANTAS, Maridiana Figueiredo. Os desafios a garantia de direitos da população LGBT no sistema único de saúde (SUS). Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia, v. 3, n. 11, 2016.

MELIN, Kyle *et al.* Readiness to provide pharmaceutical care to transgender patients: perspectives from pharmacists and transgender individuals. Journal of the American Pharmacists Association, v. 59, n. 5, p. 651-659, 2019.

NEGREIROS, F. R. N. et al. Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 43, n. 1, p. 23–31, 2019.

NOTA, N. M. et al. Occurrence of acute cardiovascular events in transgender individuals receiving hormone therapy. Circulation, 2019; 139: 1461-2.

OLIVEIRA, G.S. et al. Acesso de lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transexuais às

PAULINO, Danilo Borges; RASERA, Emerson Fernando; TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. Discursos sobre o cuidado em saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) entre médicas (os) da Estratégia Saúde da Família. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 23, p. e180279, 2019)

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Prevenção Combinada. 2020. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/istaidis/index.php?p=245395#:~:text=O%20gel%20lubrificante%2C%20que%20deve,que%20funcionam%20como%20porta%20de> Acesso em: 16 de dezembro de 2020

Prevenção do HIV: muito além da camisinha. Agência AIDS, 2019. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/prevencao-do-hiv-muito-alem-da-camisinha/> Acesso em: 16 de dezembro de 2020

REFERÊNCIA DE E-MAIL: MIRANDA, Tamara. Informações sobre perfil de farmacêuticos cadastrados no Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <cim@crf-ba.org.br> em 29 jan. 2021

Revisão sistemática intitulada The pharmacist's role on transgender care: findings from a literature review, em processo de publicação, realizada pelo Núcleo de Estudos e Serviços Farmacêuticos à Pessoa Transgênero, da Universidade Federal do Vale do São Francisco - NESFTrans/Univasf.

ROCON, P. C. et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 21, n. 8, p. 2517–2525, 2016.

ROCON, P. C. et al. O que esperam pessoas trans do sistema único de saúde? *Interface: Communication, Health, Education*, v. 22, n. 64, p. 43–53, 2018.

ROCON, P. C.; DA SILVA, A. I.; SODRÉ, F. Diversidade de gênero e Sistema Único de Saúde: uma problematização sobre o processo transexualizador. *SER Social*, 2018.

SCHWINDT, Rhonda G. LGBTQ cultural competence for pharmacists. *Pharmacy Today*, v. 26, n. 9, p. 46-55, 2020. Disponível em: <<https://www.pharmacytoday.org/article/S1042099120308768/abstract>> Acessado em: 14 nov. 2020.

UNAIDS. Índice de estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/AIDS Brasil. 2019. Disponível em: <https://unaids.org.br/indice-estigma/#:~:text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Estigma%20em,com%20HIV%20e%20com%20AIDS>.

Unidades Básicas de Saúde da Família. Rer Rene, Fortaleza, v.19, e3295, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3240/324054783018/html/index.html>

WHO. Report of the director on addressing the causes of disparities in health services access and utilization for lesbian, gay, bisexual and trans (LGBT) persons. 56th Directing Council 70th Session of the Regional Committee Of Who For The Americas. 2018. Disponível em: https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=56--directing-council-english9964-&alias-46078-cd56-inf-11-e-lgbt-078&Itemid=270&lang=en

Kelvin EA et al. Off-label use of the female condom for anal intercourse among men in New York City. *Am J Public Health*. 2011; 101(12):2241-4. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3222431/>

AIDSMAP. Female condoms for anal sex. 2019. Disponível em: <https://www.aidsmap.com/about-hiv/female-condoms-anal-sex>





Horário de funcionamento do CRF-BA

Das 08h às 17h

Rua Dom Basílio Mendes Ribeiro, nº 127 - Ondina

CEP: 40170-120 - Salvador - BA

Fones: 71 3368-8800/3368-8849 / Fax: 3368-8811

e-mail: crf-ba@crf-ba.org.br

www.crf-ba.org.br

 [crfarmaba](https://www.facebook.com/crfarmaba)

 [crfba](https://twitter.com/crfba)

ISBN: 978-65-995507-0-6



9 786599 550706